

RECURSO ESPECIAL Nº 1.829.875 - PB (2019/0228507-3)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
RECORRENTE : **MUNICÍPIO DE PRINCESA ISABEL**
ADVOGADOS : **HILDEBRANDO EVANGELISTA DE BRITO - PB002655**
: **RAFAEL LUCENA EVANGELISTA DE BRITO - PB014416**
RECORRIDO : **UNIÃO**

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto pelo MUNICÍPIO DE PRINCESA ISABEL, com fulcro na alínea **a** do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL. MULTA ADMINISTRATIVA INCIDENTE SOBRE VALORES REPATRIADOS. MEDIDA PROVISÓRIA 753/2016. PROCESSO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. PERDA DO OBJETO. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. NÃO CONFIGURADO. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. DESCABIMENTO. APELAÇÃO PROVIDA.

1. Restringe a apelação a atacar a parte da sentença que, ao decretar a extinção do processo, sem resolução do mérito, condenou a União ao pagamento de honorários advocatícios, ao argumento de que a demandada dera causa à propositura da ação, pois, não repassara espontaneamente aos municípios os valores pretendidos, necessitando estes do ajuizamento de ação nesse intuito. No mais, concluiu o que a perda superveniente do objeto da demanda foi também provocada pela própria União a decisum partir da edição da Medida Provisória 753/2016.

2. Na espécie, a ação ordinária fora ajuizada pelo Município de Princesa Isabel/PB, pretendendo a inclusão da multa prevista no art. 8º, da Lei nº. 13.254/2016 (Lei da Repatriação) na base de cálculo das transferências constitucionais previstas no art. 159, inciso I, alíneas 'b', 'd' e 'e', da CF/88 (Fundo de Participação dos Municípios - FPM).

3. Merece acolhida a irrisignação da União, eis que não é possível enxergar, na hipótese, a configuração do princípio da causalidade em seu desfavor. É que, ao tempo do ajuizamento da ação perpetrada pelo Município não existia previsão legal para que a União procedesse à transferência dos valores pretendidos, sendo certo que o direito à inclusão da multa, prevista no citado art. 8º, na base de cálculo do FPM surgira tão somente com a edição da MP 753, de 19 de

dezembro de 2016 (DOU, edição extra de 20.12.2016), que alterou a Lei nº 13.254/2016.

4. Demais disso, deve-se pôr em relevo que, ao contrário do que se extrai do julgado de primeiro grau, não houve reconhecimento de direito pré-existente, mas, sim, criação de 'novo' direito por meio da MP 753/2016. Com efeito, nos termos da legislação em vigor, até o surgimento da MP em questão apenas integrava a base de cálculo do FPM recursos de natureza tributária, sendo certo que a multa prevista no dispositivo em debate é de natureza administrativa.

5. Destarte, no caso concreto, não havendo vencidos ou vencedores, vez que a tese do autor não fora acatada pelo réu, apesar da concordância em entregar-lhe o quanto pretendido em virtude da edição de nova norma jurídica, não se há falar em condenação da União ao pagamento de honorários advocatícios.

6. Apelação provida" (fl. 236e).

Opostos Embargos de Declaração, restaram rejeitados, nos seguintes termos:

"TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO ACÓRDÃO. PRETENSÃO A REJULGAMENTO. REJEITADOS.

1. Os embargos de declaração têm sua abrangência limitada aos casos de omissão, obscuridade, contradição e erro material.
2. Desacolhimento dos declaratórios, vez a matéria apontada como ensejo do vício foi expressamente apreciada pelo acórdão.
3. Embargos de declaração rejeitados" (fl. 280e).

Nas razões do Recurso Especial, o recorrente aponta, além da divergência jurisprudencial, a violação aos artigos 85, §§ 3º, II, 6º, 10, 11 e 1.029, I, do CPC/2015 e aos artigos 1º, parágrafo único, da Lei Complementar 62/89 e artigos 22 e 24, § 3º, da Lei 8.906/94, defendendo que, "ao contrário do que decidido no r. acórdão impugnado como premissa-mor, ou seja, que a União agira dentro da legalidade, aspecto que strictu sensu não se verifica, posto norma constitucional cometer à Lei Complementar Federal a definição dos critérios de cálculo, entrega e rateio das transferências constitucionais devidas aos Municípios (art. 161, II, CF), o que foi totalmente ignorado operando-se, assim, a negativa de sua vigência". Ressalta que "a União deu causa à propositura da ação, seja por demonstrar a resistência à pretensão do Município autor no bojo do processo, nos casos em que se manifestou por meio do contraditório mínimo quanto à liminar ou por meio de contestação, seja por meio do fato notório, amplamente divulgado, de que a União não repassou os valores correspondentes à multa em questão" (fl. 301e). Requer, ao final, o provimento do

Superior Tribunal de Justiça

recurso, com a condenação da União ao pagamento de honorários advocatícios.

Contrarrazões a fls. 310/321e.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fl. 323e).

A irresignação merece prosperar.

Na origem, trata-se de Ação ajuizada pela parte ora recorrente, objetivando "a inclusão do montante arrecado pela demandada, a título de multa prevista no art. 8º da Lei nº. 13.254/16, na base de cálculo das transferências constitucionais constantes nos artigos 159, I, alíneas 'b', 'd' e 'e' (Fundo de Participação dos Municípios - FPM) e 160, da caput, CF e art. 1º, parágrafo único da LC nº. 62/89, bem como que seja depositada em Juízo a importância respectiva devida ao Município" (fl. 181e).

A sentença julgou extinto o processo, sem resolução de mérito, reconhecendo a perda de seu objeto, em face da edição da Medida Provisória 753/2016, condenando a União ao pagamento dos honorários sucumbenciais, arbitrados em 8% (oito por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, § 3º, II, § 6º e § 10, do CPC/2015.

O Tribunal de origem, por sua vez, reformou a sentença, para afastar a condenação em honorários advocatícios, considerada a superveniência de norma em conformidade com a pretensão da parte autora.

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

No mérito, esta Corte já se manifestou no sentido de que a extinção do processo sem resolução do mérito, em decorrência da perda superveniente do objeto da ação, não exime a parte que deu causa ao ajuizamento da demanda da condenação em honorários advocatícios.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM. MULTA DO ART. 8º DA LEI 13.254/16. EDIÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA 753/2016. PRETENSÃO SATISFEITA. PERDA DO OBJETO. NECESSIDADE DA AÇÃO, AO TEMPO DO AJUIZAMENTO DO FATO. HONORÁRIOS DE ADVOGADO. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. CABIMENTO. JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão que julgara Recurso Especial interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/2015.

II. Na origem, trata-se de Ação Ordinária, ajuizada pelo Município de Camalau em face da União, objetivando a transferência, ao Fundo de Participação dos Municípios, dos valores arrecadados em face da aplicação da multa presente no art. 8º da Lei 13.254/2016, oriundos de

declaração ou repatriação de recursos não declarados, mantidos no exterior, ao fundamento de tratar-se de multa moratória sobre crédito tributário de imposto de renda. O Juízo de 1º Grau julgou extinto o processo, sem resolução do mérito, por perda superveniente de interesse processual, nos termos do art. 485, VI, do CPC/2015, em face do advento da Medida Provisória 753/2016, que atendeu a pretensão do Município, condenando a União ao pagamento de honorários de advogado de 8% (oito por cento) sobre o valor da causa, considerando que o ente público dera casa à propositura da ação. O Tribunal de origem deu provimento ao apelo, interposto pela União, para afastar os ônus sucumbenciais.

III. Na forma da jurisprudência do STJ, em caso idêntico ao dos presentes autos, "se, pelo contexto descrito nos autos, a pretensão do município, anteriormente resistida, foi atendida em consequência de conduta extraprocessual da União, evidencia-se a necessidade dessa ação ao tempo de seu ajuizamento e a responsabilidade da ré pelos ônus advindos da instauração do processo" (STJ, REsp 1.777.160/PB, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 01/03/2019). Em igual sentido: STJ, AgInt no REsp 1.721.327/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 22/03/2019; AgInt no REsp 1.781.362/PB, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 13/05/2019. Assim, estando o acórdão recorrido em dissonância com a jurisprudência sedimentada nesta Corte, merece ser mantida a decisão ora agravada, em face do disposto no enunciado da Súmula 568 do STJ.

IV. Agravo interno improvido" (STJ, AgInt no AgInt no REsp 1.721.497/PB, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe de 28/06/2019).

"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. FPM. MULTA DO ART. 8º DA LEI N. 13.254/16. EDIÇÃO DE MEDIDA PROVISÓRIA. PRETENSÃO SATISFEITA. PERDA DO OBJETO. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. CONDUTA EXTRAPROCESSUAL DA UNIÃO. NECESSIDADE DA AÇÃO NO TEMPO DO AJUIZAMENTO. CABÍVEL A CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS. ACÓRDÃO EM CONFRONTO COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE.

I - O presente feito decorre de ação objetivando a inclusão do montante arrecado pela demandada, a título de multa prevista no art.

Superior Tribunal de Justiça

8º da Lei n. 13.254/16, na base de cálculo das transferências constitucionais constantes nos arts. 159, I, b, d e e (Fundo de Participação dos Municípios - FPM) e 160, caput, da CF e art. 1º, parágrafo único da LC n. 62/89, bem como que seja depositada em Juízo a importância respectiva devida ao Município. Na sentença, extinguiu-se o processo sem resolução de mérito, pela perda superveniente do objeto, condenando-se a União ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% sobre o proveito econômico perseguido pelo Município. No Tribunal Regional Federal da 5ª Região, a sentença foi reformada para afastar a condenação da União em honorários.

II - No que concerne à suposta violação do art. 85, § 10, do CPC/2015, percebe-se que o Tribunal de origem, à fl. 332, ao ponderar acerca da aplicação do princípio da causalidade, atestou que "a pretensão autoral apenas passou a ter amparo legal com a edição da Medida Provisória n. 753/2016, de maneira que a atuação da União era legítima, por observar o princípio da legalidade", concluindo, em seguida, que "não se pode dizer que ela deu causa ao ajuizamento da demanda, sendo indevida a condenação em honorários advocatícios, nos termos do art. 85, § 10, do CPC".

III - Segundo entendimento desta Corte, em casos idênticos a este é cabível a condenação em honorários, levando-se em consideração o princípio da causalidade. Indica a jurisprudência que: "se, pelo contexto descrito nos autos, a pretensão do município, anteriormente resistida, foi atendida em consequência de conduta extraprocessual da União, evidencia-se a necessidade dessa ação ao tempo de seu ajuizamento e a responsabilidade da ré pelos ônus advindos da instauração do processo". Nesse sentido: REsp 1777160/PB, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/02/2019, DJe 01/03/2019; AgInt no REsp 1721327/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/03/2019, DJe 22/03/2019.

IV - Agravo interno provido para dar provimento ao recurso especial determinando que a verba advocatícia seja fixada na liquidação na forma do inciso II, § 4º, do art. 85 do CPC/2015" (STJ, AgInt no REsp 1.781.362/PB, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 13/05/2019).

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO RECORRIDO. OMISSÕES. INEXISTÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CONFIGURAÇÃO DA SUCUMBÊNCIA.

Superior Tribunal de Justiça

CABIMENTO.

1. Inexiste violação do art. 1.022 do CPC/2015 quando o acórdão recorrido fundamenta claramente seu posicionamento, de modo a prestar a jurisdição que lhe foi postulada.
2. A fixação dos honorários advocatícios é devida mesmo em casos de extinção do processo sem resolução do mérito, mediante a verificação da sucumbência e aplicação do princípio da causalidade.
3. No caso, as instâncias ordinárias definiram que a MP 753/2016 autorizou a inclusão, na base de cálculo dos recursos devidos em razão do Fundo de Participação dos Municípios, do montante da multa prevista no art. 8º da Lei n. 13.254/2016. Decidiram, por isso, pela perda superveniente do interesse de agir, condenando a União ao pagamento da verba advocatícia.
4. Se, pelo contexto descrito nos autos, a pretensão do município, anteriormente resistida, foi atendida em consequência de conduta extraprocessual da União, evidencia-se a necessidade dessa ação ao tempo de seu ajuizamento e a responsabilidade da ré pelos ônus advindos da instauração do processo. Precedente.
5. Recurso especial a que se nega provimento" (STJ, REsp 1.782.078/PR, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 15/04/2019).

No caso dos autos, conforme asseverado na sentença, a Medida Provisória 753/2016 autorizou a inclusão da multa prevista no art. 8º da Lei 13.254/2016 na base de cálculo dos recursos devidos em razão do Fundo de Participação dos Municípios, restando atendida a pretensão da parte autora, até então resistida, por ato superveniente da União, que deverá arcar com os ônus sucumbenciais, diante do princípio da causalidade.

Destarte, aplica-se, ao caso, entendimento consolidado na Súmula 568/STJ, **in verbis**: "O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema".

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, **dou provimento** ao Recurso Especial, a fim de restabelecer a sentença.

I.

Brasília (DF), 22 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora